



O inigualável caminho aberto pela Revolução de Abril

Quando este Boletim chegar a nossas casas já o novo ano escolar terá iniciado e, para a maioria dos portugueses, terminado o período de férias. Contudo, para professores, alunos e para muitos de nós, perdura ainda o registo dos encontros e sessões que a URAP realizou em centenas de escolas de todo o país e, também, as muitas outras iniciativas que deram cor e enorme expressão popular às cerimónias e celebrações dos 50 anos da Revolução de Abril.

Nascidos já neste novo tempo, o importante foi lembrar-lhes que a Revolução de Abril foi um acontecimento transformador, cujos avanços e conquistas proporcionam tantos direitos e elevados benefícios para todas as gerações, avanços históricos que é indispensável ter consciência do seu valor, para melhor os podermos usufruir e defender. Lembrar o quanto o país e o mundo mudaram com a Revolução de Abril: o fim do fascismo, do colonialismo e das guerras coloniais; a conquista dos direitos fundamentais e a liberdade; dos direitos das mulheres, da realização de eleições livres e da nova Constituição da República; a escola pública para todos, a Segurança social e o Serviço Nacional de Saúde - conquistas inseparáveis das muitas lutas travadas e que continuam a ser bandeiras na vida de todos os dias.

Neste caminhar, a defesa da memória histórica é parte substancial da actividade

antifascista que a URAP desenvolve. Cabe aqui recordar a recente inauguração do Museu Nacional Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche, também ela uma vitória de Abril, da unidade democrática e antifascista, em resultado da ampla movimentação popular que a URAP dinamizou. A URAP continua a desenvolver idênticas diligências para que na antiga cadeia da PIDE no Porto e na Fortaleza de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, locais de sinistras cadeias do fascismo criadas por Salazar, sejam também erguidos espaços condignos de memória da resistência antifascista.

Mas aos democratas colocam-se muitas outras questões na atualidade. O governo da direita, da AD, prepara-se para apresentar o Orçamento para o próximo ano. Porém, nas últimas décadas todos os governos mostraram total fidelidade à globalização capitalista, gerando com tais políticas grandes injustiças sociais. Este Orçamento não será diferente, para a maioria da população restará, como sempre, a resistência e a luta.

O mesmo acontece na política internacional, em que nas grandes questões a voz de Portugal é omissa e acompanha cega e subservientemente os propósitos militaristas ditados pela NATO, EUA e UE, no alinhamento com a guerra e não pela defesa da paz e do desarmamento, conforme está inscrito no Artigo 7.º da Constituição da República

Portuguesa.

É por isso vergonhoso o silêncio do governo português sobre o genocídio que o governo de Israel vem praticando contra a população palestina e igualmente condenável o atraso no reconhecimento do Estado da Palestina, como afinal outros países europeus já o fizeram.

A Conferência Internacional realizada pela URAP, no dia 26 de abril, em Lisboa, deu a conhecer, em resultado do estudo e reflexão ali apresentados, uma melhor visão do país e do mundo e das imensas exigências colocadas aos democratas e antifascistas.

O fascismo não foi definitivamente derrotado. Reaparece com as crises do capitalismo. Assim tem acontecido em diversos países, nomeadamente da UE, com o aparecimento de forças da extrema-direita, arrastando consigo projetos retrógrados e reacionários, retomando bandeiras que pensávamos vencidas e assim mostrando que a liberdade e as restantes conquistas precisam de ser exercidas e defendidas e que o combate antifascista mantém toda a atualidade.

Entre nós, também alguma direita e extrema-direita pretende agora comemorar o 25 de Novembro. É muito evidente que essa direita nunca se recompôs da derrota do anterior regime e que nunca se conformou com os resultados e valores decorrentes da Revolução do 25 de Abril. Tais comemorações e tentativas de desforra terão sempre a firme condenação da URAP.

Os democratas e antifascistas celebram sim o 25 de Abril, a revolução libertadora que, como ficou bem demonstrado nas enormes celebrações populares dos 50 anos, continua bem presente na vida, na memória e no coração dos portugueses.

URAP nas escolas

Depois de, em 2023/24, ter contactado com mais de 30 mil estudantes e 1800 professores, a URAP prepara novas sessões sobre o 25 de Abril no ano lectivo que agora começa - Pág. 11

Peniche e Aveiro: nova rubrica

«Falamos os Núcleos» - Pág. 3

Museu da Resistência no Porto

é sonho a concretizar - Págs. 4 e 5



José Pedro Soares

Livros, exposições, sessões: a URAP em movimento

A actividade da URAP prossegue através da apresentação, em diversos pontos do país, dos livros editados pela organização e de outras iniciativas das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que só terminam em 2026.

Em **Peniche**, foi apresentada a obra «Cadeia de Caxias – A repressão fascista e a luta pela liberdade», na noite de 19 de Julho, durante a Feira do Livro de Peniche, numa sessão à qual compareceram cerca de 30 pessoas. Participaram João Neves, do Conselho Directivo e do núcleo de Peniche, Álvaro Pato, vice-presidente do Conselho Fiscal e ex-prespo político, e David Gerales, 2.º Tenente Fuzileiro à época do 25 de Abril, que participou com uma companhia de fuzileiros especiais na libertação dos presos de Caxias.

Antes, a 28 de Junho, o coordenador da URAP, José Pedro Soares, apresentou o mesmo livro em **Montemor-o-Novo**, no Auditório da União de Freguesias da Vila, Bispo e Silveiras, com a presença de cerca de meio centena de pessoas, entre as quais

familiares de Germano dos Santos Vidigal e de José Adelino dos Santos, ambos assassinados pela repressão fascista. Nos dias 9 e 23 de Junho, a URAP organizou nesse concelho uma romagem à campa de Germano Vidigal e ao monumento de granito erguido em 1986, por iniciativa da URAP, em honra de José Adelino dos Santos.

No **Porto**, a URAP apresentou o livro «Tarrafal», da autoria de João Pina, dia 27 de Junho, na Cooperativa Árvore, durante uma sessão na qual intervieram o autor e ainda António Vilarigues, do Conselho Directivo, Maria José Ribeiro, do Conselho Nacional, e Virgílio Quintas. A sessão foi apresentada por Teresa Lopes, dirigente da URAP e do núcleo local. Em “Tarrafal”, João Pina percorre com documentos produzidos entre 1949 e 1951, fotos e cartas trocadas entre o seu bisavô, Luís de Carvalho, e o seu avô, Guilherme Costa Carvalho, preso no Tarrafal.

Para lá dos livros

Em **Alhandra**, uma exposição comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, promovida pela União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, em parceria com outras entidades locais, entre as quais a URAP, foi inaugurada, dia 4 de Agosto, na Galeria Augusto Bértholo, Museu Casa Dr. Sousa Martins. Edgar Costa, membro do Conselho Directivo da URAP, conduziu a sessão, na qual participaram cerca de 30 pessoas, entre

as quais Cláudia Martins, do núcleo de Vila Franca de Xira da URAP, e Joel Balsinha, secretário da Junta de Freguesia.

Em **Avis**, a URAP participou, com uma banca, na Feira Franca de Avis, de 26 a 28 de Julho, exibindo a exposição «25 de Abril Sempre!», e os diversos livros que editou.

No dia 14 de Agosto, o núcleo de **Viana do Castelo** promoveu uma sessão evocativa do centenário do nascimento de António Freitas, resistente antifascista vianense e sócio da URAP. Entre os participantes estavam o presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, a presidente da União das Freguesias de Viana do Castelo, familiares do homenageado e muitos outros convidados. A sessão, que contou com o apoio do Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, foi orientada por Rui Viana, do núcleo da URAP, e decorreu no Salão Nobre do Viana Taurino Clube, de que António Freitas foi associado.

No dia 31 de Julho, José Pedro Soares encontrou-se com dezenas de músicos da **Jovem Orquestra Portuguesa**, falando-lhes da actividade da organização e da luta dos portugueses contra o fascismo e pela liberdade. Presente também o director artístico da orquestra, Pedro Carneiro, que numa mensagem enviada à URAP afirmou que estas tertúlias nasceram da necessidade de proporcionar aos membros da orquestra o contacto com diferentes horizontes do conhecimento, complementares à sua intensa formação artística.



URAP

Propriedade e edição da
**UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES**

Membro da Federação Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**

REDACTORA **LUÍSA TITO DE MORAIS**

PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

RUA DA BENEFICÊNCIA Nº 239-A, 1600-019 LISBOA •
TELEFONE 213 576 083

DEPOSITO LEGAL: 357338/18

José Viola participa em conferência na Suíça evocativa dos 50 anos do 25 de Abril

José Viola, do Conselho Nacional da URAP, foi o orador convidado para uma conferência sobre a Resistência e a Luta pela Liberdade em Portugal, dia 14 de Junho, na Suíça, organizada no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Na conferência participaram ainda Maria Belo, representante da Comunidade Portuguesa junto da CICM e da cidade de La Chaux-de-Fonds (Suíça), Theo Bregnard, conselheiro comunal da Educação, da Cultura e da Integração, e Sandrine Keriakos Bugada, delegada e chefe do Serviço à Integração e Coesão Social.

Antigo presidente da Câmara Municipal de Silves, José Viola aderiu ao PCP em 1968,

desertou da guerra colonial e integrou o Comité Internacional dos Jovens Refractários e Desertores. Exilado em Paris, regressou a Portugal após a Revolução, prosseguindo a sua intensa participação democrática e associativa.



Falam os núcleos

Nesta nova rubrica do nosso Boletim, damos voz aos núcleos, a quem se deve muita da intensa actividade realizada um pouco por todo o País, visando partilhar experiências para reforçar a capacidade de acção da URAP

Peniche

O núcleo de Peniche tem um funcionamento regular e desenvolve a sua actividade na pesquisa, investigação e recolha de depoimentos sobre a contribuição de Peniche para a conquista da liberdade e da democracia. O núcleo integra 56 sócios, que reúnem em instalações da Câmara Municipal, e tem a particularidade de ter na sua cidade a Fortaleza de Peniche, onde se encontra instalado o Museu Nacional da Resistência e Liberdade.

O museu tem uma sala de homenagem aos trabalhadores e à população de Peniche pela importante contribuição que deu, e um memorial de homenagem aos presos políticos, naturais ou residentes em Peniche, com os nomes e fotografias.

A URAP integra a Comissão Municipal para a Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, em Peniche, tendo contribuído para a elaboração/discussão do programa aprovado, que incluiu propostas apresentadas pela organização.

Entre as actividades que o núcleo da URAP promoveu ou participou salientam-se a realização de bancas de rua, a participação em programas da rádio 102FM (recolhendo depoimentos de resistentes e participantes na Revolução), a promoção de sessões em escolas, debates, exibição de filmes e apresentações de livros editados pela URAP.

Em particular, este núcleo promove dois «roteiros» no concelho, identificando locais de repressão, resistência e solidariedade, muitos deles hoje assinalados com placas identificativas. Um deles, o «Roteiro da Resistência e da Solidariedade» contou já com mais de 2000 participantes só em 2023 e na primeira metade de 2024. O segundo, intitulado «Roteiro da Revolta Popular de Peniche» percorre locais marcantes da revolta de 1935: da fábrica onde as conserveiras se juntaram à luta, passando pelos portões de Peniche de Cima, onde foi levantada uma barricada, pelo Juncal, onde foram derrubados os postos de

comunicações e junto à muralha, onde foi morto a tiro pela GNR o pescador Francisco de Sousa.

A Câmara Municipal de Peniche decidiu atribuir a Medalha de Mérito à URAP, a ser entregue no Dia do Município do próximo ano.



Aveiro

O núcleo de Aveiro da URAP tem, de momento, 45 sócios. É dirigido por um Secretariado, composto por três sócios, dois dos quais integram o Conselho Nacional. O núcleo reúne com alguma regularidade, promovendo assembleias de sócios na sua sede, onde se dá a conhecer a actividade realizada e as propostas de projectos a levar a cabo.

Em 2024, o núcleo de Aveiro deu uma atenção especial às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, no âmbito das quais tiveram lugar várias sessões em escolas do Ensino Secundário deste concelho e distrito em que participaram várias centenas de alunos e professores. Realizou também um jantar comemorativo da Revolução dos Cravos, com a participação de 150 pessoas, e uma manifestação pelas principais ruas da cidade.

Dando expressão à intensa actividade editorial da URAP, o núcleo promoveu a apresentação do livro «Cadeia de Caxias» no auditório da Biblioteca da Câmara Municipal

de Aveiro, com a participação do coordenador da URAP, José Pedro Soares, e que contou com a presença de cerca de meia centena de pessoas. Fez-se também representar na concentração em Aveiro pela paz no Médio Oriente e por uma Palestina independente, denunciando o massacre que Israel leva a cabo na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

O núcleo de Aveiro contribuiu para a forte participação da URAP na manifestação evocativa da libertação dos presos políticos e na inauguração do Museu Nacional da Resistência e Liberdade, em Peniche, e juntou-se ainda às comemorações dos 90 anos da insurreição do 18 de Janeiro na Marinha Grande e na homenagem aos Tarrafalistas junto ao mausoléu no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. Continua também a colaborar na recolha de assinaturas a apelar para a criação de um Museu da Resistência Antifascista na antiga delegação da PIDE no Porto.

Para o futuro imediato tem como objetivos comemorar os 55 anos do II

Congresso Republicano de Aveiro e de constituir um novo núcleo no distrito, que congregue os concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Ovar e Santa Maria da Feira.



Museu da Resistência um sonho de Ab

O edifício/ prisão do Heroísmo

O edifício do Heroísmo, 329, na cidade do Porto, foi durante o período decorrido entre a década de 1930 e 25 de Abril de 1974 a delegação da PIDE, no Norte.

Nestas instalações, mais de 7600 cidadãos sofreram detenções arbitrárias, humilhações, torturas do sono e da estátua, agressões físicas e psicológicas. Dois presos foram ali assassinados - Joaquim Lemos de Oliveira, barbeiro de Fafe, e Manuel da Silva Júnior, operário de Viana do Castelo -, outros encaminhados para o hospital mais próximo para aí morrerem, à revelia da responsabilidade da PIDE.



A luta pela preservação da memória da resistência antifascista

Não admira, por isso, que logo a 26 de Abril de 1974, uma multidão se tivesse concentrado frente à sede da PIDE exigindo a libertação dos presos e vitoriando os militares do MFA que procederam à sua ocupação. O edifício ficou então sob a tutela do Ministério do Exército que, em 1977, nas voltas da contra-revolução e após a demolição de parte das instalações exteriores ao edifício central - celas e outros equipamentos de apoio à acção da PIDE - decidiu requalificar o espaço e ali instalar o Museu Militar do Porto, desrespeitando a memória de tantos milhares que lutaram e arriscaram a vida durante os 48 anos de opressão e repressão fascista na luta pela liberdade, a democracia e a paz. Apesar dos protestos, o Museu foi inaugurado em 1980.

Sem desistências, foram encetadas várias diligências, nomeadamente pela URAP, entretanto constituída, com vista à identificação e classificação do edifício como de interesse público. Após novas intervenções públicas, repetidas petições e sensibilizações, foi colocada na fachada, em 2004, pelo Governo Civil do Porto, uma placa com os seguintes dizeres: «Homenagem do Povo do Porto aos Democratas e Antifascistas que neste edifício foram humilhados e torturados pela PIDE/DGS. Abril de 2004».

Mas a chama da evocação deste lugar continuou a ser mantida por alguns movimentos, integrando individualidades de diferentes quadrantes, para além de ex-presos e seus familiares.

Particularmente a URAP, através do Núcleo do Porto, assumiu uma obstinada defesa deste sítio, enquanto símbolo de resistência, de coragem, de denúncia, de pedagogia cívica, fundamentalmente dirigida às novas gerações que não viveram o tempo da ditadura. Todos os anos, no 25 de Abril, alargados grupos de antifascistas, reuniam-se junto ao edifício, em homenagem aos resistentes.

Paralelamente, foram solicitadas reuniões com as sucessivas direcções do Museu Militar, a quem se apresentaram propostas de utilização de espaços, com a introdução da componente da memória da resistência, através de uma sinalética nas salas, nos corredores, nas escadarias, nas celas, exposições temáticas e visitas guiadas. Propostas também dirigidas ao Chefe do Estado-maior do Exército.

Foi então que compreendendo o objectivo desta pertinaz posição da URAP, o Arquitecto e investigador da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) Mário Mesquita deu forma e conteúdo a este anseio, elaborando um projecto que designou como «Do Heroís-

mo à Firmeza – Percurso na memória da casa da PIDE no Porto», com toda a carga simbólica que encerra e foi reconhecido como de grande mérito técnico. Este projecto aponta para o estabelecimento de parcerias, tendo desde logo recebido a adesão da Direcção Geral de Arquivos (Torre do Tombo), na pessoa do seu director, Silvestre Lacerda, que entendeu de imediato a importância do projecto e a necessidade do acesso à documentação histórica que o mesmo pressupõe.

Entregue à direcção do Museu, em exercício, que o apresentou à hierarquia militar de que dependia – Direcção de Cultura e História Militar – foi por esta aprovada. Estávamos em 2009.

Contudo, alterações estruturais na hierarquia militar, entretanto verificadas, retardaram o indispensável despacho final. Com vista ao seu desbloqueamento, contactámos os grupos parlamentares da Assembleia da República, sendo de registar o prometido apoio, nalguns casos materializado em Projectos de Resolução, como os apresentados pelo PCP e BE e as perguntas formuladas sobre o estado do processo, pelos grupos parlamentares de «Os Verdes» e do PS e a atenção dos restantes.

Também a Câmara Municipal do Porto aprovou por unanimidade, em

antifascista no Porto, ril a concretizar

Maio de 2014, uma Moção apresentada pela CDU reclamando junto do Governo e do ministro da Defesa Nacional a classificação deste edifício como memória da resistência e da luta antifascista.

Foi no decurso desta persistente luta, cuja concretização encontrava pela frente sempre novos obstáculos, que surgiu, em 2013, um despacho do Ministério da Defesa Nacional que afirmava que «não é oportuno qualquer evento deste tipo em instalações militares», o que correspondia à reversão de todo o processo.

Depois de novos contactos com os grupos parlamentares, foi decidido pela URAP lançar uma Petição Pública com vista ao desbloqueio e desenvolvimento do projecto, dirigida à Assembleia da República e aos restantes órgãos do poder, em Abril de 2015.

Esta petição, subscrita por mais de 4400 cidadãos, foi decisiva para o desbloqueamento da situação.

Em 2 de Julho de 2015, realizou-se a sessão da Assembleia da República para discussão do projecto, que foi aceite por unanimidade e recomendado ao Governo que o apoiasse em todas as suas vertentes.

Em 1 de Setembro de 2015, foi firmado o Protocolo entre a URAP e o Exército Português. No início de 2016, a



URAP iniciou a sua instalação, prevista em três fases, conseguindo, a partir daí preservar o núcleo central do edifício onde se situavam as salas de interrogatório e tortura e as celas de segredo, em partilha de espaço com o Museu Militar do Porto.

Todo este processo tem sido muito difícil e dispendioso. Sem apoio oficial, a que já tentámos sem êxito recorrer, lançámos uma campanha de recolha de contributos, tendo obtido, na primeira fase, o apoio das Fundações Gulbenkian, Eng.º António de Almeida e Oriente e diversos contributos individuais.

Dando vida ao projecto, fez-se a sua apresentação pública, desenvolveram-se iniciativas de ocupação do espaço, desde as sessões comemorativas do 25 de Abril e da libertação dos presos, às visitas

guiadas, à gravação de depoimentos, à passagem de filmes, entre outras.

Neste momento, estamos a instalar a terceira fase, a dos conteúdos, nos quais estamos a trabalhar, contando com novo espaço cedido pela Direcção do Museu Militar. O protocolo está em vigor, renovável de dois em dois anos.

Até aqui, com as dificuldades que este resumo histórico minimamente descreve, mas sempre com a persistência e trabalho de quem assegura este projecto museológico, fruto da pertinência do núcleo do Porto da URAP, relevamos a importância da sua conquista, mas não desvalorizamos a dependência, face à compreensão e interpretação do seu valor, por parte de quem, em cada momento, dirige o Museu Militar.

Luta pelo Museu da Resistência Antifascista no Porto



Para além do legítimo direito, toda esta incerteza nos impõe que a luta que vem sendo travada pela URAP com vista à instalação no edifício do Heroísmo do

Museu da Resistência Antifascista, no Porto, tem ampla justificação.

Neste percurso de luta pela preservação daquele espaço de memória colectiva, de resistência e luta contra o fascismo, confirmamos, na prática, a falta de cultura da memória histórica quanto à intervenção dos cidadãos em defesa da liberdade, da democracia, da justiça social e da paz.

Manifesta-o o silêncio de muitos dos detentores do poder político, exemplificado pela indiferença que lhes tem merecido as recomendações da Assembleia da República, com vista à instalação do museu, em vários momentos motivadas pelos

Projectos de Resolução apresentados pelos grupos parlamentares do PCP e do BE.

Devemos pois continuar a assinar e convidar outros a assinar a Petição Pública (em papel ou on-line) «Por um Museu da Resistência Antifascista, no Porto», que está em circulação e que recolheu até agora cerca de 5 000 assinaturas.

Nada se consegue sem esforço. Mais uma etapa a vencer. Muito caminho a percorrer.

Juntos, vamos conseguir.

*Maria José Ribeiro
Resistente antifascista, Membro do Conselho
Nacional e do núcleo do Porto da URAP
Ex-prespa política*

A verdade e a mentira sobre o 25 de Novembro

(parte I)



Não conheço nenhuma prova de que, por parte do PCP ou da chamada esquerda militar (os ditos gonçalvistas), tenha sido preparado algum golpe de estado para implantar em Portugal um regime de tipo soviético. Nem os relatórios da CIA nem a correspondência oficial de Carlucci fazem qualquer referência a esta hipótese. Não houve, pois, nenhum 25 de Novembro de esquerda.

Vasco Gonçalves sempre foi claro: «o povo português deve ser o sujeito da sua própria História (...), o MFA não faz revoluções contra o povo»; o socialismo deve alcançar-se através de «uma via pacífica e pluralista para a democracia e o socialismo» [afinal, o programa político que viria ser plasmado na CRP/1976], objectivo que pode ser atingido com a garantia das Forças Armadas.

Mas o anticomunismo esteve presente desde o início. Ainda antes do 25 de Abril, antecipando que «alguma coisa iria acontecer», Mário Soares pediu aos seus amigos socialistas que ajudassem o PS, porque havia o perigo de os comunistas tomarem conta do País, alterando a relação de forças na Europa. No início de Maio/1974, já como ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares visitou vários países europeus, para pedir apoio político, logístico e financeiro ao PS, com o objectivo de disputar a hegemonia do PCP.

Vergílio Ferreira defendeu que «a revolução de Abril foi uma revolução comunista que não ousou dizer o nome, para não assustar». E Spínola falava das «raízes comunistas do 25 de Abril»: o programa apresentado pelos capitães era, segundo ele, «o programa do Partido Comunista, que

tinham copiado. Aí é que percebi que se preparava uma revolução comunista».

Até Carlucci reconheceu que o golpe de 11 de Março «foi desencadeado pela extrema-direita». Mário Soares foi mais papista que o Papa: «o golpe de 11 de Março foi encenado para servir os interesses dos comunistas». E acrescentou: «o que eu temia, naquela altura, era exactamente o contrário, era um golpe comunista». Sempre o anticomunismo.

Sabemos hoje que, a certa altura, Melo Antunes e o Grupo dos Nove admitiram a «inevitabilidade de um enfrentamento com a esquerda militar», que passaram a considerar o seu «inimigo principal». Alegando que os fins justificavam os meios, Melo Antunes reconheceu que «além das acções legais ou semi-legais a que deitámos mão para obter a supremacia militar, também desenvolvemos

acções clandestinas para nos prepararmos para uma confrontação com a esquerda militar que eu julgava inevitável. O nosso caminho era estrangular essas forças, as quais, em minha opinião, acabariam por reagir violentamente. Ou saltava o PC ou a Extrema Esquerda. E para isso tínhamos uma organização militar em marcha».

Mais tarde, Melo Antunes reconheceu que o Documento dos Nove foi «um acto de subversão que não tinha nada que ver com a ética militar. A essa luz, ele era absolutamente condenável». E hoje sabemos que Carlucci teve reuniões com os Nove durante o período de elaboração do Documento e que teve conhecimento dele antes de ele ser público (Vitor Alves admitiu que foi ele que o deu a conhecer a Carlucci).

Vasco Lourenço garantiu que «o Grupo dos Nove nunca distribuiu ou autorizou a distribuição de armas», mas admitiu que isso pudesse ter sido feito por «alguns elementos» do Grupo que «tinham um projecto próprio». Hoje sabemos que, nas vésperas do 25 de Novembro, Ramalho Eanes mandou entregar armas a civis do PS, havendo quem admita que a distribuição de armas a civis andaria a ser negociada com elementos da rede bombista (cinco G3 deste lote foram depois encontradas no automóvel de um bombista preso).

É claro que este comportamento potenciou o despoletar de uma guerra civil, que alguns defenderam abertamente. Galvão de Melo (então deputado eleito pelo CDS), disse claramente: «entre uma guerra civil e um governo comunista, prefiro a guerra civil.» Felizmente, o risco de incêndio foi apagado porque Vasco Gonçalves, tal como Costa Gomes, não se cansaram de dizer publicamente: «Nós não queremos a guerra civil entre os portugueses.»

Perante este quadro, custa a entender que, em nota enviada a Kissinger em 22.7.1975, Melo Antunes admitisse que poderia implantar-se em Portugal uma «ditadura comunista pró-soviética». E que, em 23.11.1975, tenha dito ao Nouvel Observateur que «o PCP preparava a tomada do poder».



Tanto mais que, por declarações de importantes elementos do Grupo dos Nove (Melo Antunes, Pezarat Correia, Franco Charais), eles sabiam que as manobras de concentração de paraquedistas e outras forças no Norte do País «escondiam uma operação política de enorme envergadura, que visava o aniquilamento do 25 de Abril». Eles sabiam que Spínola preparava um golpe militar para 30.11.1975, «implicando sectores ‘radicais’ da Igreja Católica, o MDLP, militares do 24 de Abril e contando com a intrigante cumplicidade de dirigentes partidários (...)», um golpe que visava «suspender as actividades da Assembleia Constituinte e evitar a independência de Angola».

A opção (mantida até ao próprio dia 25 de Novembro) de considerar a esquerda militar como inimigo principal é tanto mais estranha quanto é certo que, em 7.8.1975 (data da publicação do Documento dos Nove), Melo Antunes admitia ser possível construir em Portugal uma sociedade «onde o socialismo fosse a realização plena da democracia». O que poderá justificar uma mudança tão radical do pensamento de Melo Antunes num intervalo de 15 dias, entre 22.7.1975 e 7.8.1975? Acreditará que seria possível implantar aqui uma sociedade socialista sem o concurso da esquerda militar (sem a unidade do MFA) e sem a colaboração do PCP? Confiava na força militar e política dos Nove? Desconhecia que Eanes (homem de confiança do Grupo) participava activamente, pelo menos desde Jan/1975, nas estruturas do grupo

spinolista que visava destruir o MFA para entregar todo o poder a Spínola? Ignorava que Eanes foi convidado a «tomar conta da organização interna do MDLP» e que esteve «sempre ao corrente de tudo» o que fazia este grupo terrorista?

O próprio Vasco Lourenço reconhece que o grupo militar que trabalhava em ligação directa com ele «tinha outras ligações que não ao Grupo dos Nove», que «atrás do Grupo dos Nove estava acobertada toda a direita e extrema-direita» e que «o grupo saudosista do 24 de Abril, que se acobertou atrás do Grupo dos Nove, queria sangue, muito sangue». E é público que dois elementos do Grupo dos Nove (Vitor Alves e Canto e Castro) mantiveram contactos com o MDLP, sendo que este último «colaborou efectivamente com as actividades subversivas» dos grupos terroristas que puseram Portugal a arder. Foi o próprio Melo Antunes quem disse que, naquela altura, «o PS e Mário Soares, em nome de uma certa ideia da esquerda, aliaram-se ao que de pior havia nas Forças Armadas», de tal modo que o ELP e o MDLP se tornaram os «aliados militares preferenciais do PS». Era com esta gente que o Grupo dos Nove queria construir uma sociedade socialista?

(continua na próxima edição)

António Avelãs Nunes
Professor universitário
Secretário de Estado em governos provisórios
(1974-75)

Inaugurado Museu Aristides de Sousa Mendes em Cabanas de Viriato



Aristides de Sousa Mendes, o cônsul português em Bordéus que salvou mais de 30.000 judeus do holocausto nazi, durante a II Guerra Mundial, tem finalmente um museu localizado na sua antiga residência, na Casa do Passal, em Cabanas de Viriato (Viseu), inaugurado a 19 de Julho, com a presença de mais de mil convidados.

António Vilarigues, do Conselho Directivo, representou a URAP, numa cerimónia que reuniu o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, deputados, o presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino, e outros autarcas dos distritos de Viseu e da Guarda, embaixadores de países de origem dos judeus e de outros países, mais de 200 familiares de Aristides de Sousa Mendes e várias dezenas de familiares descendentes de judeus salvos pelos vistos concedidos pelo cônsul.

Os presentes visitaram o museu e participaram num almoço volante. No final da tarde, assistiram no Centro Cultural de Carregal do Sal ao espectáculo «Aristides – O Concerto».

Durante a cerimónia foram transmitidas duas mensagens em vídeo: uma do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e outra da única filha viva.

Na véspera, chegou uma mensagem do Papa Francisco que foi lida, na ocasião, pelo seu representante em Portugal, João Crisóstomo. De referir que o calendário católico inclui um «Dia da Consciência», data que evoca a figura de Aristides Sousa Mendes, que salvou 30 mil pessoas de todas as nacionalidades do holocausto nazi, 10 mil das quais judeus fugidos de França e que, chegados a Bordéus, obtinham um visto no Consulado português. Neste momento estão já identificados, graças à investigadora norte-americana Olivia Mattis, 3.000.

Um neto do cônsul, Sebastian Mendes, Olivia Mattis e Miguel Ávila, um gestor português emigrado na Califórnia, juntaram-se para recuperar a Casa do Passal, em Cabanas do Viriato, terra natal de Aristides Sousa Mendes, que se encontrava em ruínas, dando lugar ao museu agora inaugurado, mais de 20 anos depois.

Aristides Sousa Mendes nasceu a 19 de Julho de 1895 e morreu na miséria a 3 de Abril de 1954. Contrariando uma ordem do ditador Salazar, o cônsul decide conceder visto a todos os que o pedissem: «A partir de agora, darei vistos a toda a gente, já não há nacionalidades, raça ou religião». Com a ajuda dos seus filhos e sobrinhos e do rabino Kruger, carimba passaportes, assina vistos, usando todas as folhas de papel disponíveis. Os refugiados entravam assim em Portugal seguindo depois para os Estados Unidos.

Os nazis foram responsáveis pelo Holocausto que matou cerca de seis milhões de judeus, dois milhões de polacos e quatro milhões de outros que foram considerados «indignos de viver» (incluindo os deficientes e doentes mentais, comunistas, prisioneiros de guerra soviéticos, homossexuais, maçons, testemunhas de Jeová e ciganos).

A URAP, como movimento de resistência antifascista, lembra os crimes do Holocausto e alerta no presente para o recrudescimento de organizações de extrema-direita que ameaçam os povos e a democracia.

Notas sobre o Coro Lopes-Graça — desde o princípio, um organismo de resistência ao fascismo

O Coro Lopes-Graça da Academia de Amadores de Música constitui-se, desde a sua origem, como organismo cultural autónomo imbuído de uma missão cívica que procura realizar pela via artística através, nomeadamente, do canto coral.

Em 1945, na casa de João José Cochofel (1919-1982) no Senhor da Serra, Coimbra, ensaísta, crítico literário e musical, poeta do neo-realismo, juntam-se poetas e músicos, Lopes-Graça e José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira e Cochofel, dando início à gesta de Marchas, Danças e Canções, nome dado ao pequeno cancionário político que marcou o nascimento do coro.

Viviam-se momentos de alguma esperança no ambiente de pós-Guerra, derrotado o nazismo alemão e o fascismo italiano. Em Portugal, o simulacro de abertura deu azo ao surgimento do MUD, no qual Lopes-Graça era participante empenhado. Cochofel pergunta a Lopes-Graça: «Já se canta por aí? Já foi cantado na última reunião? Não deixes de nos mandar cópias»¹.

No início, o coro integrou-se no Grupo Dramático Lisbonense. Em 1948, surge o «corpo cénico» do Grupo Dramático Lisbonense². A ligação com Manuela Porto permitiu seguir um projecto de intervenção cívica mais ampla, alargada na esfera artística à declamação e à representação teatral. Esse modo de intervenção, criado por Federico García Lorca na vizinha Espanha republicana, esteve presente no ideário formativo do coro. Da experiência frentista em França surgirão outras referências.

Na República de Weimar (período da história alemã que decorre entre 1918 e 1933), assumiu especial relevância o papel desempenhado pelo compositor Hans Eisler (1898-1962). Discípulo de Arnold Schönberg, Eisler manteve



militância política assumida, assim como uma associação artística com o poeta e dramaturgo Bertolt Brecht.

Procurando incentivar o movimento coral operário alemão à participação na luta política, Eisler criará um dispositivo musical de agitação e propaganda, Das Rote Sprachrohr (O Megafone Vermelho) e, para esse dispositivo irá compor várias canções de luta. A relação possível com a iniciativa de Lopes-Graça estabeleceu-se na estadia deste em Paris, entre 1937 e 1939, onde privou com o compositor de origem alemã Wolfgang Simoni, depois naturalizado francês (em 1947), adoptando, o nome Louis Sagner (1907-1991).

Sagner³, que se radicou na França em 1929, colaborará com a Chorale Populaire de Paris, dispositivo musical nascido em 1934 sob a iniciativa da Associação de Escritores e Artistas Revolucionários (onde sobressai a presença, entre outros,

de Charles Koechlin, de quem Lopes-Graça recebeu, em 1937, aulas de composição e orquestração).

A estada de Lopes-Graça em Paris lhe permitirá acompanhar os eventos populares relacionados com a Front Populaire, por um lado, e frequentar a Fête de l'Humanité (que serviu de modelo, Portugal, à Festa do Avante!), evento onde a atmosfera política em torno do frentismo se manifestava na sua máxima pujança.

A matriz inicial do Coro, como organismo cultural de intervenção cívica marcadamente antifascista, mantém-se no presente. Um momento alto foi protagonizado a 25 de Maio deste ano em que se comemoram os 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, ao rememorar o primeiro concerto em liberdade (organizado pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos⁴).

Alexandre Weffort

Maestro do Coro Lopes-Graça

1 Em Carmo, op. Cit.

2 Ver Diana D. M. Marques, Um teatro com sentido. A voz crítica de Manuela Porto. Tese de mestrado em Estudos de Teatro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/350>

3 Louis Sagner manterá contacto com Lopes-Graça até ao final da sua vida, tendo colaborado com o Coro da Academia de Amadores de Música, inclusivamente dirigindo-o num período de impossibilidade do seu maestro).

4 Em iniciativa realizada na Voz do Operário em colaboração com a URAP, contando com a presença fraterna do Coral de Letras da Universidade do Porto.

Câmara Municipal de Loures atribui Medalha de Mérito à URAP

A Câmara Municipal de Loures (CML) atribuiu no Dia do Município, 26 de Julho, uma Medalha de Mérito à URAP pela sua acção em prol «da defesa da liberdade e da democracia, da justiça social e, particularmente, a preservação da memória da luta e resistência antifascista dos portugueses».

Em nome da URAP recebeu a medalha o presidente da Assembleia Geral, Levy Baptista, e os membros da Comissão Nacional Eduardo Baptista e José Marcelino, numa cerimónia que decorreu no espaço fronteiro à Câmara Municipal de Loures, na presença de muitos autarcas e convidados.

A distinção foi proposta pela Comissão das Condecorações e aprovada pelos 11 vereadores em reunião de Câmara. Foi distribuída uma brochura com os textos de fundamentação da atribuição das diversas distinções atribuídas.

No texto, a CML, depois de descrever o papel da URAP desde a sua formação em 30 de Abril de 1976, destaca actividades da URAP realizadas no concelho.

Lagos vai ter um Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos do concelho

A Assembleia Municipal de Lagos (AML) aprovou a 24 de Junho, por proposta da CDU, a construção de um Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos do Concelho de Lagos, prestando homenagem às suas famílias, permitindo transmitir às novas gerações informações e melhor conhecimento sobre esse período da nossa História.

A deliberação, já publicada em Diário da República, aprovada por maioria com uma abstenção do Chega, intitulada para a «Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade, na resistência à ditadura e pela democracia», refere ainda a «promoção e apoio, junto das autarquias, das organizações e instituições de carácter local e regional, de uma política de constituição de roteiros de âmbito local e regional como importante elemento constituinte da memória no plano local, que promova a investigação, o reconhecimento e a divulgação dos factos e protagonistas locais da resistência e dos combates cívicos pela liberdade e pelos direitos humanos».

Esta acção pode concretizar-se quer na toponímia quer na referenciação de espaços e edifícios, em obras de arte, em espaços públicos, em publicações, em eventos e em actividades orientadas para as escolas”, acrescenta.

A deliberação da AML, que deverá ser acompanhada pela comissão conjunta da Assembleia e Câmara Municipal para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, prevê igualmente a edição de um livro.

... e Almada distingue resistentes



Em dia de feriado municipal, dia de S. João, Almada realizou uma sessão solene, no Convento dos Capuchos, de entrega de medalhas do Município de Almada, dedicada aos 50 anos do 25 de Abril. As coletividades do concelho foram focos de reunião e resistência ao fascismo e 416 almadenses foram presos pela polícia política. Em 34 medalhas entregues, foi salientada a marca que deixaram na cidade e no País e o contributo inestimável que deram para a conquista da liberdade.

José Manuel Vargas distinguido pelo Município de Palmela



José Manuel Vargas, do Conselho Nacional e antigo membro da direcção da URAP, foi distinguido pelo Município de Palmela com uma Medalha Municipal de Mérito Cultural, Grau Prata, na categoria Património Cultural.

A distinção foi entregue no dia 1 de Junho, Dia do Concelho de Palmela, numa cerimónia que decorreu no Cine-Teatro S. João, nessa cidade.

José Manuel Vargas é natural de Lisboa, com ascendência materna e paterna ligada às freguesias de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra. Professor do Ensino Secundário, é investigador de História e divulgador cultural, com várias obras publicadas, segundo o jornal Terra Ruiva, do Concelho de Silves, onde reside.

Vamos continuar a juntar vontades em 2025 para celebrar Abril nas escolas

Em 2023/24: 303 escolas. 443 sessões. 32 000 alunos. 1 188 professores

Durante o ano lectivo 2023/2024, a URAP esteve em 303 escolas. Realizaram-se 443 sessões. Participaram 32.000 alunos e 1.188 professores. Entreviaram duas centenas de oradores, dos quais dezenas de ex-presos políticos, mulheres e homens, resistentes da luta antifascista, que comunicaram a sua experiência e deram os seus depoimentos. Números impressionantes só possíveis pelo enraizamento local da URAP, pelo envolvimento dos seus núcleos e activistas, pela participação dos resistentes e ex-presos políticos, pela vontade dos professores e pela curiosidade dos estudantes. Em múltiplas sessões, de dimensões diversas, fez-se um imenso caudal de esclarecimento e valorização de Abril e dos seus valores, que - também ficou claro - continuam vivos.

A par das sessões realizadas, decorreram outras iniciativas complementares ou coadjuvantes, nomeadamente várias exposições de materiais alusivos ao 25 de Abril, painéis da URAP, cartazes, imagens e pinturas realizadas pelos alunos, filmes, teatro, entre outros.

A Escola Pública destacou-se, com a URAP, na concretização do objectivo de promover os valores da liberdade, da igualdade, referências sempre presentes nos sentimentos democráticos e antifascistas e de paz. Salientamos sempre o espírito e a letra da Constituição da República Portuguesa, lei fundamental do País, e a sua dimensão humana e progressista.

Sublinhamos, em particular e uma vez mais, a importante e decisiva presença dos professores. Mobilizaram os seus alunos, participaram de forma criativa. Aprenderam e ensinaram de novo, no sentido da afirmação da importância da conservação da história e memória da resistência, da luta dos portugueses contra a opressão, pela liberdade e a democracia.

Aumentaram muito a ligação e a proximidade. E assim, quer por solicitação das escolas quer por parte de professores, de associações de estudantes, pelo contacto directo da URAP, fortaleceram-se os multicanais de contato, que serviram para a difusão de iniciativas com centenas



de sessões nas escolas, do 1.º, 2.º e 3.º ciclos, no Secundário, no Ensino Superior e Universidades Sénior, nas escolas prisionais. Decorreram em todos os distritos do Continente e este ano, pela primeira vez, nos Açores na Ilha Terceira.

Partilhámos com toda a comunidade escolar a celebração do 25 de Abril de 2024, acontecimento transformador que nos abriu rasgados horizontes, que alterou a vida dos portugueses e da sua relação com o resto do mundo, um grande passo civilizacional, profundo e bom, que todos os anos queremos ajudar a celebrar com os professores, alunos, pais e trabalhadores não docentes.

As comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril estendem-se até 2026. A

URAP vai manter o entusiasmo e a sua participação nas escolas no próximo ano lectivo. Voltaremos de novo ao contacto com todos aqueles que participaram, e que em muitos casos já ficaram traçados planos de trabalho conjunto, e iremos estender as sessões a novos locais do País.

Em tempos marcados por novas e velhas ameaças à liberdade, à democracia, aos direitos e à paz, esta intensa actividade da URAP constitui um contributo inestimável para combater o apagamento e a reescrita da História (em que alguns apostam para reverter importantes conquistas de Abril) e mobilizar as novas gerações para a defesa de um presente e um futuro consonantes com as perspectivas abertas com a Revolução de Abril.

VIII encontro de ex-presos políticos e familiares marcado para 27 de Outubro, em Peniche

Está marcado para 27 de Outubro o 8.º encontro de ex-presos políticos e familiares, na Fortaleza de Peniche. Nesse dia haverá uma visita ao Museu Nacional da Resistência e Liberdade (MNRL), inaugurado a 27 de Abril e instalado onde durante décadas funcionou a sinistra prisão política do fascismo.

Esse encontro assinala a luta travada em 2016 por ex-presos políticos e familiares para que no Forte fosse instalado um museu de homenagem aos presos que aí estiveram encarcerados, em vez de ser transformado em pousada de luxo, como o governo de então propunha, ao abrigo do programa Revive.

Os núcleos da URAP de todo o país estão a organizar excursões e do programa da iniciativa salienta-se:

- 11h00: visitas guiadas ao MNRL.
- 13h00: almoço em Peniche.
- 15h00: 8.º Encontro: intervenções e momento cultural.



A URAP promove uma Viagem de Resistência e Lazer a Cabo Verde, entre os dias 13 e 20. Haverá visitas às ilhas de Santiago (Cidade da Praia e Tarrafal) e do Fogo, de 13 a 20 de Outubro. Na Ilha de Santiago, a delegação da URAP homenageia os presos no Campo de Concentração do Tarrafal, inaugurado pelo regime fascista de Salazar em 1936.

Estão inscritos para esta viagem mais de 30 associados e amigos da URAP, entre os quais o coordenador da URAP, José Pedro Soares, e outros dirigentes.

PROGRAMA

13 Outubro

9h00: saída do Aeroporto de Lisboa, ida em transfer até ao hotel. Instalação no hotel.

14h30: passeio na Cidade da Praia.

18h00: Final de tarde na Prainha.

14 Outubro

9h00: visita à Biblioteca Nacional, ao monumento a Amílcar Cabral e ao mercado Sucupira. Ida à Casa-Museu (Fundação) Amílcar Cabral. Visita à Achada Grande Frente.

15 Outubro

7h00: ferry para Ilha do Fogo.

11h00: Visita guiada à Ilha do Fogo e às suas paisagens lunares.

16h00: ferry para a Ilha de Santiago.

16 Outubro

9h00: saída em Transfer para o Tarrafal.

10h00: paragem na região da Assomada.

Visita ao Museu da Tabanca. Almoço.

Subida ao Mirador. Visita à aldeia da Boentrada, escola.

16h00: instalação no Hotel. Ida à praia.

17 Outubro

9h00: visita ao campo de concentração do Tarrafal.

15h00: tarde na praia.

18 Outubro

09h00: Saída em transfer para a Cidade da Praia. Passagem pelo Parque Nacional da Serra da Malagueta. Visita à Barragem do Principal.

18h00: instalação no Hotel.

19 Outubro

Ida ao Forte de São Filipe e à Cidade Velha (Ribeira Grande de Santiago).

Tarde na praia de Kebra Canela.

20 Outubro

10h30: saída para o Aeroporto em Transfer.

12h20: saída para Lisboa. Chegada às 18h25.



50 anos de Abril



Nos 50 anos do 25 de Abril, reforça a URAP, participa nas iniciativas, contribui financeiramente.

NIB: 000700210014375000653

WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaderesistentesantifascistasportugueses